

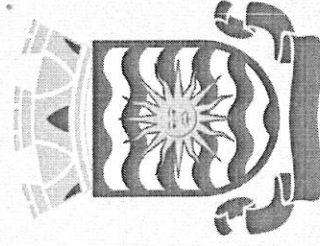
ANEXO II

PROJETO

**Prestação de contas da arrecadação e aplicação dos recursos provenientes dos
adicionais construtivos**

RECURSOS ADICIONAIS CONSTRUTIVOS DO PLANO DIRETOR

Solo Criado / TPC



**P R E F E I T U R A
BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

PRESTAÇÃO DE RECURSOS

Foram lançadas no município 3 OUC, sendo:

- **OUC** (Binário Norte) no valor de R\$ 68.028.193,47, tendo atualmente o saldo de R\$ 38.073.292,88.
- **OUC 1** (Binário Norte) no valor de R\$ 38.285.948,66 e disponível a venda o valor integral.
- **OUC 2** (Binário Sul) no valor de R\$ 100.320.890,21, tendo atualmente saldo R\$ 50.907.015,77, a receber R\$ 8.342.579,09 e disponível a venda R\$ 37.854.908,40.

PRESTAÇÃO DE RECURSOS – SOLO CRIADO

ANO	PAVIMENTAÇÃO	CENTRO DE EVENTOS	INFRAESTRUTURA	PRECATÓRIOS	TOTAL
2017	R\$ 51.800,50	R\$ 2.685.858,34	R\$ 435.658,84	R\$ 4.425.030,13	R\$ 7.598.347,81
2018	R\$ 508.198,56	R\$ 5.493.190,39	R\$ 68.443,00	R\$ 0,00	R\$ 5.788.228,59
TOTAL	R\$ 559.999,06	R\$ 8.179.048,73	R\$ 504.101,84	R\$ 4.425.030,13	R\$ 13.383.576,40

PRESTAÇÃO DE RECURSOS – CENTRO DE EVENTOS

PARTICIPANTE	VALOR APORTADO	PERCENTUAL	SALDO A PAGAR
UNIÃO	R\$ 55.220.294,65	100,40 %	R\$ 0,00
ESTADO	R\$ 11.120.079,49	74,00 %	R\$ 3.879.920,51
MUNICÍPIO	R\$ 19.111.474,61	96,35 %	R\$ 723.864,27
TOTAL	R\$ 85.451.848,75	95,12 %	R\$ 4.603.784,78

ANEXO III
MINUTA DO PROJETO DE LEI:

“Dispõe sobre o estabelecimento de critérios de regularização de edificações, cujos impactos já estejam consolidados.”

(06 folhas)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º _____, DE 2018.

"Dispõe sobre o estabelecimento de critérios de regularização de edificações, cujos impactos já estejam consolidados, e dá outras providências."

Capítulo I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º A presente Lei Complementar, estabelece critérios, para análise e aprovação de projetos de regularização de edificações, construídas sem prévia autorização do órgão municipal competente, ou em desconformidade com o projeto aprovado, e ainda, com a legislação urbanística municipal.

Art. 2º A edificação a ser regularizada, será analisada utilizando os critérios previstos no Código de Obras e Edificações do Município, exceto a documentação de responsabilidade técnica, cuja regularidade será examinada à luz da legislação específica.

Art. 3º A edificação a ser regularizada que esteja em desconformidade com a legislação urbanística vigente poderá ser regularizada mediante:

I - realização de vistoria técnica, executada por profissional legalmente habilitado que, sob pena de responsabilidade, emitirá laudo técnico, no qual ateste que a edificação apresenta condições de higiene, estabilidade e segurança de uso;

II - comprovação de que a edificação foi concluída antes de 23 de outubro de 2017, data da cobertura aerofotogramétrica (ortofotocarta); e

III - contrapartida financeira, a título de compensação urbanística.

Parágrafo único. Poderão também ser regularizadas, nos termos desta Lei Complementar, as construções cuja irregularidade seja objeto de processo judicial, hipótese em que, aderindo ao processo administrativo de regularização, deverá o proprietário interessado, concordar formalmente com a desistência da ação e pagar as custas e honorários correspondentes.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO

Art. 4º A comprovação da anterioridade da edificação, para fins desta Lei Complementar, poderá ser feita mediante a apresentação de:

- I - carnê de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano;
- II - plantas aerofotogramétricas;
- III - imagens de satélite; e
- IV - fotos ou outros documentos que vinculem a edificação à data de registro da imagem.

Art. 5º Ressalvadas as hipóteses previstas no art. 6º desta Lei Complementar, poderão ser regularizadas todas as edificações em desconformidade com a legislação urbanística, construídas em data anterior ao marco legal, estabelecido por esta Lei Complementar, e desde que abriguem usos adequados ao zoneamento vigente.

Art. 6º Não poderão ser regularizadas as seguintes edificações:

I - localizadas em Área de Preservação Permanente (APP) ou em área "non aedificandi";

II - que excedam as divisas do imóvel ou cujos elementos construtivos avancem sobre o imóvel vizinho, salvo se este, em documento escrito e assinado com firma reconhecida, declarar que não se opõe à regularização da edificação, isentando o município de quaisquer responsabilidades, atuais ou futuras, por violação às normas ao direito de vizinhança;

III - que não atendam às exigências previstas nas normas de acessibilidade; e

IV - cujas aberturas apresentem recuo inferior a 1,50m (um virgula cinco metros) em relação às linhas divisórias laterais e dos fundos do imóvel, salvo se a edificação tiver sido concluída há mais de um ano e dia sem oposição ou com autorização expressa do proprietário lindeiro.

Art. 7º A apresentação do projeto de regularização da edificação e o respectivo processo de aprovação observarão, no que couber, o disposto no Código de Obras e Edificações do Município, devendo o interessado informar expressamente, no requerimento de abertura, que deseja ver o projeto analisado à luz das disposições da presente Lei Complementar.

CAPÍTULO III

CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA

Art. 8º O valor da compensação urbanística será apurado mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$I - VCU = VC \times AE \times UE$$

onde:

a) VCU= Valor da Compensação Urbanística;

b) VC= Valor de Compensação em CUB's (Custo Unitário Básico da construção civil de Santa Catarina, estabelecido pelo SINDUSCON/SC, com atualização mensal), conforme Tabela do Anexo Único, que é parte integrante desta Lei;

c) AE= Área Excedente (da edificação a ser regularizada); e

d) UE= Uso da Edificação correspondendo ao coeficiente da atividade exercida no imóvel na data de sua regularização, utilizando o coeficiente 0,5 (zero vírgula cinco) para residência unifamiliar e 1,00 (um vírgula zero) para residencial multifamiliar ou outros usos.

§ 1º A unidade autônoma acima do permitido, conforme a fórmula QMA da Lei n.º 2.794/2008, poderá ser objeto de regularização, mediante a seguinte compensação urbanística, cumulativamente a prevista no caput:

$$I - VCUA = VC \times A$$

onde:

a) VCUA= Valor da Compensação Urbanística da Unidade Autônoma;

b) VC= Valor de Compensação em CUB's (Custo Unitário Básico da construção civil de Santa Catarina, estabelecido pelo SINDUSCON/SC, com atualização mensal), conforme Tabela anexo; e

c) A= Área privativa da unidade autônoma.

§ 2º Nos casos de transformação de área não computável para computável, será utilizada como área excedente o total da área que se tornou computável.

Art. 9º Quando a edificação possuir uso misto, os valores serão proporcionais às áreas dos respectivos usos.

Art.10. O valor da compensação poderá ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais, no primeiro ano de vigência desta Lei Complementar, e, posteriormente, em até 6 (seis) vezes, com parcela mínima de 0,5 UFM (Unidade Fiscal Municipal).

Parágrafo único. A emissão do Habite-se da edificação fica condicionada ao pagamento integral da compensação urbanística.

Art. 11. Eventuais multas, emitidas anteriormente à vigência da presente Lei Complementar, em razão de irregularidades verificadas na edificação, deverão ser quitadas antes da emissão do habite-se, sob pena de ser este indeferido.

Art. 12. O produto das compensações pagas, para fins de regularização de construções irregulares, deverá ser utilizado, prioritariamente, em:

I – estratégias de planejamento urbano, controle e fiscalização do uso e ocupação do espaço urbano;

II – projetos e programas voltados ao planejamento urbano, controle e fiscalização de obras;

III – aparelhamento dos órgãos ligados ao planejamento urbano, controle e fiscalização de obras;

IV – estudos, projetos e programas de recuperação de espaços urbanos e de recuperação de áreas degradadas;

V – projetos, programas e obras de mitigação de impactos ou de compensação ambiental;

VI – projetos e obras de infraestrutura, mobilidade urbana e de equipamentos urbanos.

Art. 13. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a tomar todas as providências legais ao fiel cumprimento desta Lei, prescritas em Decreto se necessário for.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da publicação


FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

MICROZONA	VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA NA TESTADA ¹ (EM CUB) ²	VALOR DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA NAS VIAS TRANSVERSAIS (EM CUB) ²	LOCALIZAÇÃO (CENTRO, BAIRROS, PRAIAS OU VIAS)
ZACC-I-A	5,00		Av. Atlântica
ZACC-I-B	2,32		Centro
ZACC-I-C	2,32	1,19	Av. das Flores e Rua do Aqueduto
ZACC-II-A	2,32	1,19	Centro
ZACC-II-B	1,19	0,63	Av. das Flores e Rua do Aqueduto
ZACC-III-A	1,19	0,63	Nações
ZACC-III-B	1,19	0,63	Nações
ZACC-III-C	1,19	0,63	Vila Real
ZACC-III-D	1,19	0,63	Iate Clube e Municípios
ZACC-IV	1,19	0,63	Nova Esperança
ZACS-I	1,19	0,63	Barra
ZACI-A	1,19	0,63	Laranjeiras
ZACI-B	1,19	0,63	Praias Agrestes (exceto Laranjeiras)
ZACER-A	1,19	0,63	Praia dos Amores
ZACER-B	1,19	0,63	
ZOR-I	1,19	0,63	Av. Angelina
ZOR-II-A	1,19	0,63	Barra
ZOR-II-B	1,19	0,63	
ZOR-II-C	1,19	0,63	
ZEE-I	1,19	0,63	Nova Esperança
ZEE-II	1,19	0,63	Av. Normando Tedesco
ZAV-I-A	1,19	0,63	5ª Avenida
ZAV-I-B	1,19	0,63	Várzea do Ranchinho


¹ Compreende-se por testada, as edificações nas seguintes avenidas: Avenida Atlântica, Avenida Brasil, Terceira Avenida, Quarta Avenida, Quinta Avenida e Avenida do Estado Dalmo Vieira.

² O valor do CUB diz respeito ao Custo Unitário Básico do Estado de Santa Catarina, estipulado pelo SINDUSCON/SC, válido para o mês do pagamento da compensação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL



ZAV-II-A	1,19	0,63	Av. Marginal Oeste até a 5ª Avenida
ZAV-II-B	1,19	0,63	
ZAV-II-C	1,19	0,63	
Tabela 37 (Vias com Uso e Ocupação do Solo diferenciados)	0,63		
Tabela 38 (Bairro da Barra e São Judas Tadeu: Vias com Uso e Ocupação do Solo diferenciados)	0,63		
Tabela 39 (Bairro Nova Esperança (Vias com Uso e Ocupação do Solo diferenciados)	0,63		


FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO DA CIDADE- REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 06/12/2018

Horário: 18:00 horas

Local: Câmara de Vereadores de BC

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL(09)

- Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária

Titular: Rubens Spornau: _____

Suplente: Vladimir Marcolin Trautwein: _____

- Emasa:

Titular: Douglas C. Beber Rocha : _____

Suplente: Eliani Varella Domingues: _____

- COSIP / Obras:

Titular: Anderson dos Santos: _____

Suplente: Djandro G. S. de Souza: _____

- Fundação Cultural:

Titular: George Varela: _____

Suplente: Ana B. M. Mattar: _____

- Procuradoria Jurídica:

Titular: Fabiana T. Buhner: _____

Suplente: Daniel Brose Herzmann: _____

- Secretaria de Gestão Administração/Secretaria de Articulação:

Titular: Karine Almeida Gomes: _____

Suplente: Dalton C. Becker: _____

- Secretaria de Turismo / Sec. da Fazenda:

Titular: Altamir Teixeira: _____

Suplente: Franc Ribeiro Côrrea: _____



- Gestor TPC/ Secretaria de Gestão em Segurança e Incolumidade Pública:

Titular: Adeltraut Zoschke Schappo: Adeltraut Zoschke Schappo

Suplente: Antônio G. Castanheira Neto:

- Secretaria do Meio Ambiente:

Titular: Maria Heloísa Lenzi:

Suplente: Henrique Gevaerd: 1-01

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E POPULARES
(06)

- Associação AME

Titular: Ricardo Loppnow:

Suplente: Alex Haacke:

- Associação AMPE

Titular: Leandro Moraes:

Suplente: Cleberto Fco. Marcelino: _____

- Assoc. Moradores B. Nova Esperança

Titular: Clayton Schotten: 

Suplente: Fernando Mazzola :

- Comitê Rio Camboriú

Titular: Maria Goreti Sbeghen:

Suplente: Maria Ester Menegasso: _____

- Conseg BC / Conseg Barra Norte

Titular: Paulo Remy E. De Farias Filho:

Suplente: Rogério L. Pankratz:

- Conselho Comunitário de BC / FECONSEG

Titular: Jair R. Palmeira:

Suplente: Izamir K. de Oliveira:

REPRESENTANTES PELO SEGMENTO DOS TRABALHADORES (02)

- SITICOM – BC :

Titular: Arthur Medeiros Minela: _____

Suplente: José Domingos Minela: _____

- SASC – Sindicato dos Arquitetos e Urb. do Estado de SC:

Titular: Juliana Pilan : _____

Suplente: Everson Martins: _____

REPRESENTANTES PELO SEGMENTO DA ÁREA EMPRESARIAL(02)

- SINDUSCON / ACIBALC

Titular: Bruno Nitz Neto: _____

Suplente: Ciza Muller: _____

SINCOMERCIO / CDL

Titular: Hélio Dagnoni : _____

Suplente: Eliane Colla: _____

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS E ACADÊMICAS(01)

- ACIBC / OAB :

Titular: Fabiane Schlindwein: _____

Suplente: Marcos E. Krzisch: _____

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS(01)

- ASAPREV – BC / Assoc. Mulheres Prod. de Art. de Identidade Cultural de SC :

Titular: Alex Pressi: _____

Suplente: Sueli Hinze: _____

Outros Participantes:

Nome

Entidade

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

GABINETE DO PREFEITO

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL

DECRETO Nº 9.194, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2018.

"Altera dispositivos que mencionam, do Decreto Municipal nº 2.213/91 que "Cria a Comissão Municipal de Avaliação de Documentos da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso VII do art. 72, da Lei Orgânica do Município - Lei Municipal nº 933/1990, e atendendo ao relevante interesse público,

Decreto:

Art. 1º O art. 5º do Decreto Municipal nº 2.213/1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º Fica instituída a Tabela de Temporalidade Documental da Administração Pública de Balneário Camboriú - TTD, contida no Anexo I, parte integrante deste Decreto, cuja implantação e implementação serão observados os princípios, normas e demais disposições contempladas neste Decreto.

§ 1º A TTD é um instrumento arquivístico que define os prazos de guarda e a destinação dos documentos que compõem o acervo do Poder Executivo de Balneário Camboriú, objetivando garantir e facilitar o acesso à informação, preservar o patrimônio documental, liberar espaços físicos e propiciar a interação e integração dos diversos setores responsáveis pela custódia de documentos.

§ 2º Estão contempladas na TTD os documentos produzidos e recebidos, nas mais diferentes Secretarias do Poder Executivo, no exercício de suas atividades meio e de suas atividades fim.

§ 3º Fica proibida a eliminação aleatória de documentos públicos municipais, por parte dos servidores municipais, sob pena das sanções previstas no regime disciplinar da Lei Municipal nº 1.069/91".

Art. 2º O art. 7º do Decreto Municipal nº 2.213/1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A Comissão Municipal de Avaliação de Documentos, está autorizada a efetuar a eliminação de documentos, por incineração, depois de serem submetidos à respectiva análise de temporalidade e o devido processo de eliminação, conforme fluxograma definido no Anexo II, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. Somente poderão ser incinerados, os documentos públicos com mais de seis anos, contados da data de sua respectiva emissão, mesmo que na tabela de temporalidade - TTD, seja definido tempo inferior, e que não se enquadram no parágrafo único do art. 6º do Decreto em comento, e que tenham sido encaminhados com o devido despacho ao Arquivo Geral da Administração Municipal".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 14 de novembro de 2018.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

7º TERMO DE ADITIVO - SUPRESSÃO DO CONTRATO 167-2017 - PMBC

ORÇÃO: Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária

CONTRATADA: J4 DUTTER & LTDA

OBJETO: serviços para prolongamento da Dúzia Avenida, trecho entre as ruas 2.650 e 3.020, na forma do termo de referência e projeto, anexos ao edital.

E, por este Termo de Aditamento, conforme fundamentado e aprovado em despacho administrativo, nos autos, com base nas alíneas "a" e "b", do inciso I, combinado com o § 1º, do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, as partes signatárias, através de seus representantes legais, assinam e fazem, ainda, alterar quantitativamente o objeto contratual, conforme abaixo ajustado:

I - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL/SUPRESSÃO: As obras, objeto contratual fica suprimido os serviços e materiais previstos na "Planilha de Aditivo - supressão".

II - DA ALTERAÇÃO (SUPRESSÃO) DO PREÇO GLOBAL - Diante composição dos valores a suprimir, conforme acima ajustados e previstos no Anexo - "Planilhas de supressão", fica suprimido ao item 7.1, do contrato, a cifra de R\$ 176.296,17 (cento e setenta e seis mil, duzentos e noventa e seis reais e dez centavos) diante do valor supra citado, o presente contrato passa a importar o valor global de R\$ 2.313.677,05 (dois milhões, trezentos e treze mil, seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) alterando a cláusula 7.1 do contrato.

III - Fazem parte integrante e inseparável do contrato originário e deste Aditamento a "Planilha de Supressão".

IV - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os devidos efeitos legais.

Balneário Camboriú, 19 de novembro de 2018.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA Nº 320 - FONE 3267-7000

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 233/2018 - PMBC

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, por intermédio da Secretaria de Compras, torna público a realização de licitação na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, pelo tipo de licitação MENOR PREÇO pelo regime de execução de contrato de PREGÃO GLOBAL, instituída pela Lei nº 10.520/2002, regulado pelo Decreto Federal nº 3.555/2000, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, regulado pelo Decreto Municipal nº 8.288/2016, e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/1993, objetivando a seleção de propostas, visando o Registro de Preços de uniformes esportivos para os servidores e atletas participantes das atividades desenvolvidas pela Fundação Municipal de Esportes de Balneário Camboriú, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência anexo ao Edital, para fornecimento ao longo de 12 (doze) meses, segundo as conveniências dos Órgãos da Administração Direta e Indireta. (cuja habilitação, proposta e credenciamento deverão ser entregues no dia, hora e local abaixo especificado:

Data de entrega e abertura dos envelopes: dia 03 (três) de dezembro de 2018, até às 13h00min.

Local: Secretaria de Compras.

Maiores informações: pessoalmente, no endereço fixado no rodapé ou pelo telefone 47-3267-7091.

Leitura e/ou retirada do edital: no endereço fixado no rodapé, através do site www.bc.sc.gov.br.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias CONVOCA todos as empresas associadas de sua base territorial, que compreende os municípios de Itajaí, Navegantes, Penha, Balneário Picarras, Ilhota e Luis Alves, para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará na sede do Sindicato, sita a Rua Lauro Muller, 229 - Centro, Itajaí/SC, no próximo dia 05 de dezembro de 2018 às 18:00 horas em primeira convocação com a maioria dos associados presentes e às 19:00 horas em segunda convocação com a presença de qualquer número de associados, para deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

Parecer do Conselho Fiscal.

Exame e deliberação sobre a previsão orçamentária apresentada pela Diretoria para o exercício de 2019.

Itajaí, 19 de dezembro de 2018

Bento Ferrari

Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

GABINETE DO PREFEITO

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL

LEI Nº 4.193, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018.

"Dispõe sobre a autorização para a abertura de crédito adicional especial junto ao orçamento vigente."

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Balneário Camboriú autorizado a abrir crédito adicional especial até a importância de R\$ 401.000,00 (quatrocentos e um mil reais), destinado a criar e dotar abito descritor:

Órgão: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 005 - Obras e Benefícios Urbanos

Funcional-programática: 15.451.4014

Projeto: 1.077 - Conclusão Projeto Centro de Eventos

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/748

Fonte de Recurso: 100000 - Recursos Ordinários - Solo Criado

Valor: R\$ 401.000,00

Art. 2º O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

Órgão: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 003 - Sistema Viário e Drenagem

Funcional-programática: 15.451.4018

Projeto: 1.041 - Abertura de Nova Via Bairro Nova Esperança

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/198

Fonte de Recurso: 100000 - Recursos Ordinários - Solo Criado

Valor: R\$ 401.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 20 de novembro de 2018.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA Nº 320 - FONE 3267-7095

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2018 - FUMPRESI

Objeto: Aquisição de Plataforma Flutuante para ancoragem de embarcações do 13º Batalhão de Bombeiros Militar.

Data e local de entrega dos envelopes: Dia 05/12/2018. Horário: às 09:30 horas, na Secretaria de Compras.

Tipo de Licitação: Menor preço por item.

Leitura e/ou retirada do edital: No endereço acima citado ou através do site www.bc.sc.gov.br.

Balneário Camboriú, 20/11/2018.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

1º TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2018 - PMBC

Em conformidade ao art. 21, 4º da Lei Federal 8.666/93, o Edital de Licitação acima epigrafado, publicado neste mesmo diário e no site www.bc.sc.gov.br, cujo objeto trata-se do Registro de Preços para aquisição de tubo de ventilação para cirurgias otológicas, sofrerá correção na data de recebimento e abertura dos envelopes, que se encontra disponibilizada no mesmo site: www.bc.sc.gov.br.

CORREÇÃO DA DATA DE ABERTURA: ONDE SE LÊ:

Data de entrega e abertura dos envelopes: Até o dia 04 de novembro de 2018.

LEIA-SE:

DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: ATÉ O DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2018.

Ficam mantidas as demais condições do edital e seus anexos integrantes.

Balneário Camboriú, 20 de novembro de 2018.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

GABINETE DO PREFEITO

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL

LEI Nº 4.194, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2018.

"Dispõe sobre a autorização para a abertura de crédito adicional suplementar junto ao orçamento vigente."

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Balneário Camboriú autorizado a abrir crédito adicional até a importância de R\$ 438.963,99 (quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 03 - Secretaria de Gestão Administrativa

Unidade Orçamentária: 003 - Gestão de Pessoas

Funcional-programática: 04.128.4004

Atividade: 2.163 - Manutenção das Atividades de Gestão de Pessoas

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/66

Fonte de Recurso: 100000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 8.880,03

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/827

Fonte de Recurso: 108900 - Aliem. de Bens - Outros Programas

Valor: R\$ 6.300,00

Órgão: 05 - Secretaria de Educação

Unidade Orçamentária: 001 - Administração da Educação

Funcional-programática: 12.361.4006

Atividade: 2.013 - Manutenção das Atividades Administrativas da SEDUC

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/13

Fonte de Recurso: 100100 - Receitas e Transf. de Imostos - Educação

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 002 - Limpeza Urbana e Paisagismo

Funcional-programática: 15.452.4015

Atividade: 2.106 - Manutenção das Atividades da Limpeza Urbana

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/431

Fonte de Recurso: 100000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 114.911,05

Balneário Camboriú - Capital

Catarinense do Turismo - CNPJ

83.102.285/0001-07

Rua Dinamarca, 320 - Paço Municipal

- CEP 88338-900 - (47) 3267-7000

Órgão: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 005 - Obras e Benefícios Urbanos

Funcional-programática: 15.451.4014

Projeto: 1.077 - Conclusão Projeto Centro de Eventos

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/445

Fonte de Recurso: 100000 - Recursos Ordinários - Solo Criado

Valor: R\$ 200.920,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

CONSELHO DA CIDADE

CONVITE

CONSELHO DA CIDADE DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC

O Conselho da Cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,

convita a todos os seus membros, titulares e suplentes, e a comunidade Balneocamboriense para participar da Reunião Ordinária que acontecerá no dia 06 (seis) de dezembro de 2018, às dezeto horas, na sede da Câmara de Vereadores, localizada na Avenida das Flores, 675, Bairro dos Estados.

PAUTA:

1. Apresentação e deliberação da alteração de traçado da OUC-2, 4ª Avenida.

2. Prestação de Contas da arrecadação e aplicação dos recursos provenientes dos adicionais construtivos, previstos no Plano Diretor e demais legislações pertinentes.

Assuntos Gerais:

- Itajaí;

- Balneário Shopping;

- Outros.

Balneário Camboriú, 20 de novembro de 2018.

MARCO AURÉLIO SANTANA DE OLIVEIRA

Oficial Substituto

Órgão: 11 - Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social

Unidade Orçamentária: 001 - Gabinete

Secretaria de Desenv. e Inclusão Social

Funcional-programática: 08.244.4022

Atividade: 2.078 - Manutenção das Atividades de Assistência Social e Comunitária

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/368

Fonte de Recurso: 100000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 6.549,40

Órgão: 11 - Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social

Unidade Orçamentária: 002 - Promoção Social

Funcional-programática: 08.244.4022

Atividade: 2.082 - Manutenção das Atividades de Promoção Social

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/375

Fonte de Recurso: 100000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 2.596,48

Órgão: 12 - Secretaria de Segurança

Unidade Orçamentária: 006 - Guarda Patrimonial

Funcional-programática: 06.181.4032

Atividade: 2.108 - Manutenção das Atividades da Guarda Municipal

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/832

Fonte de Recurso: 108900 - Aliem. de Bens - Outros Programas

Valor: R\$ 5.765,00

Órgão: 12 - Secretaria de Segurança

Unidade Orçamentária: 006 - Guarda Patrimonial

Funcional-programática: 06.181.4032

Atividade: 2.109 - Manutenção das Atividades da Guarda Patrimonial

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/833

Fonte de Recurso: 108900 - Aliem. de Bens - Outros Programas

Valor: R\$ 5.495,00

Balneário Camboriú - Capital

Catarinense do Turismo - CNPJ

83.102.285/0001-07

Rua Dinamarca, 320 - Paço Municipal

- CEP 88338-900 - (47) 3267-7000

Órgão: 14 - Secretaria de Compras

Unidade Orçamentária: 001 - Secretaria de Compras

Funcional-programática: 04.122.4004

Atividade: 2.130 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Compras

Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/515

Fonte de Recurso: 100000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.296,87

Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/828

Fonte de Recurso: 108900 - Aliem. de Bens - Outros Programas